



TRAJETÓRIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROEJA: UMA POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO NO IFFLUMINENSE

Saionara Rosa da Cruz¹

*Estudante de doutorado do Programa de Sociologia Política da Universidade Estadual do
Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”(UENF)
saionara@iff.edu.br*

Marlon Gomes Ney²

*Professor Associado do Programa de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte
Fluminense “Darcy Ribeiro”(UENF)
marlonney@uenf.br*

Resumo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) é uma entidade que oferece diversos cursos nos diferentes níveis e modalidades da Educação. Entre as modalidades, partindo do ideal de igualdade de oportunidade para todos os públicos, juventudes e trabalhadores, foi instituído, em 2006, por força de lei, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), sendo, pois, ofertado em todo o território nacional. Dada a relevância dessa modalidade, este estudo apresenta a trajetória de desenvolvimento do Proeja e destaca sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), por meio de uma revisão documental e bibliográfica. Ressalta-se a importância do Proeja no atendimento às demandas sociais e econômicas da região em que os campi que oferecem os cursos estão situados, sobretudo as condições de elevação da escolaridade com profissionalização. Entende-se que a formação profissional contribui para a integração sociolaboral de cidadãos outrora cerceados do direito de concluírem a educação básica. O trabalho traz implicações acerca das políticas públicas de inclusão, expansão e formação de estudantes jovens e adultos ao longo da vida.

Palavras-chave: Proeja; Políticas Públicas; Educação Profissional; Educação de Jovens e Adultos

Instituições de Fomento.

Universidade | Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



TRAJECTORIES OF PROEJA'S INSTITUTIONALIZATION: AN EDUCATIONAL INCLUSION POLICY IN IFFLUMINENSE

Saionara Rosa da Cruz 1

*Estudante de doutorado do Programa de Sociologia Política da UENF
saionara@iff.edu.br*

Marlon Gomes Ney 2

*Professor Associado do Programa de Sociologia Política da UENF e Orientador
marlonney@uenf.br*

Resumo

The Federal Institute of Education, Science and Technology (IF) is an entity that offers several courses at different levels and modalities of Education. Among the modalities, based on the ideal of equal opportunity for all publics, youth and workers, in 2006, by force of law, the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Education Modality of Youths and Adults (Proeja), being, therefore, offered throughout the national territory. Given the relevance of this modality, this study presents the development trajectory of Proeja and highlights its implementation at the Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology (IFF), through a document and bibliographic review. We emphasize the importance of Proeja in meeting the social and economic demands of the region where the campuses that offer the courses are located, especially the conditions for raising education with professionalization. It is understood that professional training contributes to the social and labor integration of citizens who were once restricted from the right to complete basic education. The work brings implications about public policies for inclusion, expansion and training of young and adult students throughout their lives.

Keywords: PROEJA; Public policy; Professional education; Youth and Adult Education

Instituições de Fomento

Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Introdução

A legislação educacional brasileira explicita uma política de educação articulada com a formação geral – dotada de conteúdos da educação básica – e a capacitação profissional – voltada aos assuntos e às práticas do mundo do trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Artigo 2º, ratifica esse entendimento ao estabelecer que a educação objetiva o crescimento pessoal do sujeito, bem como seu desenvolvimento para atividades profissionais (BRASIL, 1996). Contudo, a lei não é suficiente para assegurar o direito à escolarização dos sujeitos excluídos do processo educacional.

Nesse sentido, instituíram-se outras modalidades para o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre as quais se destaca o Proeja. O programa foi criado pelo governo federal a partir do decreto nº 5.840, 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que teve por finalidade oportunizar aos jovens e adultos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio uma chance de assim o fazerem e, além disso, habilitar-se a uma profissão técnica.

Foram criados, pelo Governo Federal, por intermédio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), relacionando-os ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como maneira de ofertar uma educação de qualidade com acesso e permanência e, sobretudo, ampliar as formas de Ensino Médio integrado (BRASIL, 2008). Com a criação dos IFs, e do IFF, iniciou-se a expansão da oferta do Proeja no estado do Rio de Janeiro, por meio do desenvolvimento de ações direcionadas à implementação da modalidade nos diversos *campi* do instituto. Não obstante, os índices de evasão ainda refletem a necessidade de se pensar possibilidades para melhoria das condições de permanência dos estudantes.

Nesse contexto, este trabalho é parte de uma pesquisa, em nível de doutoramento, que se encontra, no campo empírico, em fase de levantamento de dados. Ele destaca a importância do engajamento estudantil como uma possível reflexão sobre o cotidiano pessoal e acadêmico de estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Propõe-se





realizar uma análise, a partir da perspectiva dos sujeitos sobre a possibilidade da compreensão da multiplicidade dos sentidos do engajamento, visando dispor subsídios para o desenvolvimento de políticas e boas práticas institucionais adequadas às reais demandas dos estudantes, de forma a contribuir para a permanência na educação.

Metodologia

Este trabalho, a partir de uma revisão documental e bibliográfica (GIL, 2019), de natureza exploratória e qualitativa, tem como objetivo apresentar uma descrição do Proeja, em âmbito federal bem como sua trajetória e implantação nos campi IFF, sustentada com base em indicadores locais e educacionais, expondo os aspectos conceituais e estruturais, assim como a sua expansão e os desdobramentos desse processo para sua integração. Por fim, apresentam-se considerações que abordam as novas perspectivas para essa modalidade. O estudo traz implicações sobre as reflexões acerca da articulação das políticas públicas de inclusão, expansão e formação de estudantes jovens e adultos ao longo da vida.

Desenvolvimento

A proposta educacional dos IF possui o compromisso de unir a construção de conhecimentos à transformação da sociedade, embasada na EPT. Traz um caráter inovador decorrente das especificidades de sua identidade institucional. Esta se configura pela expansão territorial, estrutura *multicampi*, definição da abrangência das ações e organização pedagógica verticalizada, a partir da educação básica, passando por Formação Inicial e Continuada (FIC) até os níveis superiores. Segundo o levantamento realizado pela Plataforma Nilo Peçanha (INEP/SETEC, 2022), até 2021, foram instituídos 38 institutos em todo o país, distribuídos em 656 unidades, presentes nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal.

Em síntese, trata-se de um modelo institucional educativo e inovador, em termos de proposta político-pedagógica, sem similar em outro país. Consoante Pacheco (2011 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2020), tal modelo está fundamentado na verticalização do ensino, em que





os docentes atuam nos diferentes níveis, e os discentes compartilham espaços pedagógicos diversificados, desde a educação básica até o doutorado.

Durante o movimento de territorialização, o IFF expandiu-se por 12 municípios do estado do Rio de Janeiro, com uma estrutura formada por 12 *campi*, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e um Centro Administrativo, onde atua a Reitoria, situada em Campos dos Goytacazes/RJ.

Conforme apresentado, o IFF constitui uma perspectiva de “ampliar sua inserção social, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do estado” (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 2018). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por sua vez, é um documento oficial, sendo este norteador para o crescimento das ofertas dos níveis e modalidades dos cursos. É diante dessa concepção que o IFF assume o papel de agente estratégico na estruturação das políticas públicas para a região que polariza, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

A implementação do Proeja aconteceu embasada em experiências anteriores com a Educação de Jovens e Adultos, sendo um programa ainda em fase de implantação em muitas instituições de ensino, a exemplo do IFF, no qual essa experiência teve início em 2006, no Campus Campos Centro conforme suas especificidades e singularidades. No IFF, a experiência com o Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos (NACES), criado pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL,1997), teve por objetivo oferecer à clientela do ensino supletivo oportunidade permanente de estudo, através da utilização de metodologias diversas, emprego da tecnologia educacional e atendimento individualizado. No entanto, não foi substituída pelo Proeja, mas balizou o início dos cursos com base na experiência com esse público (SILVA, 2010).

A partir de 2006, iniciou-se a oferta dos cursos, ancorada na realidade inicial das ações desenvolvidas para sua implementação. As primeiras turmas foram implantadas no campus Campos Centro, a oferta ocorreu com o Curso Técnico em Eletrotécnica, em 2006. Já no campus Campos Guarus, em 2007, o Curso Técnico em Eletrônica. No ano seguinte, houve a oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente. Mais tarde, com o movimento de territorialização e o processo de expansão, o IFF passa por transformações.





Resultados e Discussão

De forma tímida, durante a análise documental identificou-se novas possibilidades de cursos do Proeja e FIC na modalidade EJA com oferta no campus Cabo Frio, em 2009. Nesse mesmo ano, ampliou-se a oferta do Proeja com o Curso Técnico em Eletrotécnica, no campus Itaperuna. Em continuidade à implantação, em 2013, iniciou-se o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, no campus Quissamã.

As ofertas de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na modalidade da EJA e dos cursos do Proeja avançaram de forma pouco significativa. Assim como disposto no parágrafo 1º do Artigo 2º do Decreto nº 5.840 (BRASIL, 2006), no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição deverá ser disponibilizado para cursos do Proeja (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 2018). Posto isso, a oferta de vagas em cursos EJA-FIC (itinerário formativo) e EJA-Técnico (integrado nível médio – Proeja) chegará a cerca de 3% do total de vagas de ingresso na instituição até o ano de término de vigência do plano (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 2018, p. 61).

Nesse sentido, ainda em 2018, o campus Campos Guarus, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes/RJ, amplia sua ação com a proposição de cursos FIC (EPT/EJA) em Eletricista de Instalação Predial de Baixa Tensão, Operador de Computador e Balconista de Farmácia. Já em 2020, o campus Macaé inicia a oferta do Curso Técnico em Logística (Proeja), atendendo o proposto no PDI (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 2018).

No ano de 2019, os *campi* Quissamã e Santo Antônio de Pádua desativaram os cursos de Segurança do Trabalho e Logística do Proeja, em virtude da falta de demanda local. No campus Santo Antônio de Pádua, no entanto, foi realizada a reconfiguração da oferta e da aplicação de novas estratégias ao público-alvo da EJA, resultando na abertura do Curso Técnico em Administração Subsequente por Itinerário Formativo, iniciado em 2020.

Conforme verificado, no ano de 2022 o maior número de estudantes dos cursos do Proeja está concentrado no campus Campos Guarus, com 230 estudantes matriculados regularmente nos Cursos Técnicos em Eletrônica e Meio Ambiente. No campus mais antigo,



Campos Centro, estão matriculados 89 alunos. O campus iniciou sua oferta no Proeja com dois cursos, porém hoje está em funcionamento apenas o curso técnico em Eletrotécnica. Já no campus Macaé, a oferta acontece no curso técnico em Logística, com 66 estudantes matriculados. Por último, o campus Itaperuna conta com 98 estudantes matriculados no curso técnico em Eletrotécnica (INEP/SETEC, 2022).

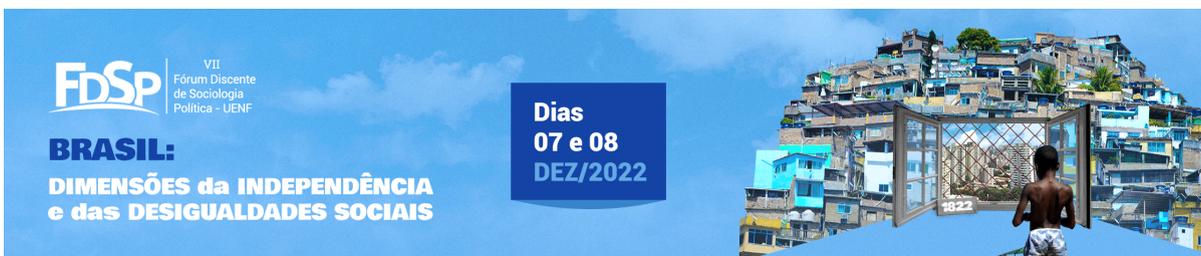
Em suma, com base nos dados apresentados, é possível perceber que a implantação dos cursos do Proeja no IFF ocorreu amparada nos eixos tecnológicos existentes nos *campi*, visando ao aproveitamento da estrutura física e de pessoal, e ao mercado de trabalho do egresso.

Conclusão

O percurso exposto considerou que o Proeja surgiu em um contexto em que a EPT passava por uma reestruturação e o governo mostrava-se mais disposto a investir em uma política nacional de EJA. Por meio do material analisado, observam-se aspectos positivos e negativos dessa trajetória, com destaque para uma acentuada diminuição no número de matrículas nos cursos do programa. Isso permite deduzir um enfraquecimento dessa política de ensino, como ocorreu com outras existentes antes do Proeja. Conforme apontado por Furlan (2016), o que se percebe, todavia, é que o Proeja se instalou em uma rede complexa e sem qualquer experiência e vivência com a EJA, causando um grande impacto nesta.

Dessa forma, reitera-se que, em meio às condições institucionais existentes, a experiência acumulada no campo da educação profissional não foi suficiente para a ampliação dos resultados. Em outras palavras, a inclusão do Proeja na rede federal apenas lança luz à necessidade de ampliar o debate sobre o acesso à educação profissional, revelando a construção de políticas mais amplas de acesso aos diversos bens socialmente produzidos em uma sociedade de classes. Por fim, a expectativa é de que este estudo seja um fator de provocação e de reflexão para aperfeiçoamento da oferta dos cursos do Proeja no âmbito do IFF.





Referências

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Acessado em: 19, out. 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília: Ministério da Educação, 2006a. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de; XAVIER, Gláucia do Carmo; SILVA, José Fernandes da Oliveira, SHIRLENE Bemfica de. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis.** Curitiba: CRV, 2020. 276 p. (Coleção Educação Profissional e Tecnológica no Brasil).

INEP-INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **PLATAFORMA, NILO PEÇANHA.** Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. SETEC/MEC, 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução N.º 43, de 21 de dezembro de 2018 que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-34>. Acesso em: 19 out. 2022.

PACHECO, Eliezer M. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. *In:* PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**, São Paulo: Moderna, 2011. p. 13-33.

SILVA, Vânia do Carmo Nóbile. **A implementação do Proeja na rede federal de educação profissional e tecnológica: visão dos gestores.** 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.